

A Terra na era do Antropoceno

Debate Dia da Terra
Maria Amélia Martins-Loução

O dia da Terra (22 de Abril) foi instituído há 44 anos para instigar o Homem a uma reflexão profunda sobre o planeta que habita. Este ano, a data surge 10 dias após o lançamento das recomendações do IPCC (Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas).

Os registos arqueológicos e geológicos sugerem impactos do Homem nos ecossistemas, ao longo dos últimos 50 mil anos. Nos últimos três mil anos, as modificações que a caça, a queima e a agricultura originaram são irrefutáveis. Mas foram as alterações na biodiversidade, na biogeoquímica e nos processos geomorfológicos decorrentes da industrialização que levaram o ecólogo Eugene Stoermer, em 1980, a propor uma nova era geológica, o Antropoceno, face ao impacto da espécie humana no globo. Em 2000, Paul Crutzen, prémio Nobel da Química (1995), explicou a ligação entre as modificações na química da atmosfera e as alterações climáticas e relançou e popularizou o termo Antropoceno.

Segundo o filósofo Stephen Gardiner, as alterações climáticas podem ser consideradas uma tempestade moral pelos desafios éticos que arrastam a nível global, intergeracional e ecológico. Global, porque as emissões de gases de estufa, responsáveis pelas alterações climáticas, produzem efeitos globais e não incidem apenas sobre os locais emissores. Intergeracional, porque os gases permanecem na atmosfera por um tempo de vida que ultrapassa várias gerações populacionais. Ecológico, porque o poder económico dependente da produção de fontes poluidoras está a hipotecar o ambiente que sustenta o equilíbrio natural e as gerações vindouras.

Quando se fala em alterações climáticas e sustentabilidade do planeta, não se pensa em alimento. No entanto, a necessidade de assegurar quantidade e diversidade de produtos alimentares para uma população que não pára de crescer, gera graves problemas ambientais. A agricultura e toda a indústria à volta da produção de alimento é responsável por mais de 75% das emissões de gases, pela quantidade de fertilizantes, água e energia, associados à produção, distribuição e empacotamento. A procura de carne e seus derivados, associada ao desenvolvimento e à urbanização, triplicou nas últimas quatro décadas. Actualmente, a produção animal ocupa cerca de 68% da terra arável e tenderá a aumentar, para assegurar a procura de carne num planeta de nove mil milhões de habitantes, como se projecta para 2050. O aumento da produção agrícola tem vindo a ser alcançado através da intensificação e extensificação da exploração. A intensificação tem sido conseguida com a utilização de cultivares mais eficientes, mas, no futuro, necessita de estratégias que promovam a sustentabilidade do solo. A extensificação tem acelerado a perda de diversidade à custa da desmatamento e desflorestação e requer o desenvolvimento de técnicas de produção mais eficientes. No entanto, apesar da intensificação e extensificação agrícolas, a equidade social a nível



Escolas e universidades devem colocar à discussão estes temas, promover o desenvolvimento de soluções que traduzam menos desperdícios, e estimular a responsabilidade dos jovens para a equidade social, a preservação dos recursos e a sustentabilidade do planeta



mundial ainda não é uma realidade. A fome persiste em muitas regiões e um terço da produção alimentar global é desperdiçada e inutilizada. É o paradoxo da globalização e a vergonha da “civilização”.

Apesar dos inúmeros desafios científicos ou *consensus* éticos que se colocam, urge o debate alargado na sociedade sobre um assunto tão polémico como este: como assegurar alimento à população e, simultaneamente, a sustentabilidade do planeta? Pequenas alterações a nível local podem ter repercussões globais, muito mais assertivas do que as políticas. Isso implica informação e divulgação sobre acções a realizar.

A diversificação das cadeias de produção de alimento, embora procure aumentar a segurança alimentar e a distribuição regional, onera os custos do produto ao consumidor e promove as emissões de gases para a atmosfera, sem por isso trazer equidade social. É aconselhável reduzir a pegada ecológica na cadeia de produção, diminuindo o transporte e tornando a cadeia de distribuição mais eficiente. Uma das medidas é retomar e apoiar os produtos tradicionais e locais, favorecendo a conservação de cultivares regionais, algumas menos dependentes de água e fertilizantes. Por outro lado, readaptar dietas tradicionais à base de proteína vegetal proporciona uma alimentação mais saudável e com menor risco de obesidade. Não está aqui em causa a apologia de uma dieta vegetariana, apenas uma chamada de atenção para o consumo regrado de proteína animal. A Europa consome em média 14 quilos de carne por pessoa por ano, mais do que a média mundial, 11 quilos, e quase o dobro do que é aconselhável para evitar riscos para a saúde. Não será fácil alterar padrões de consumo e dietas alimentares, mas será possível, desde que o cidadão compreenda que ao tomar estas opções está a contribuir para melhorar a sua saúde, o bem-estar colectivo e a diminuição de custos de produção.

Para além da formação e conhecimento sobre estas matérias, escolas e universidades devem colocar à discussão estes temas, promover o desenvolvimento de soluções que traduzam menos desperdícios, e estimular a responsabilidade dos jovens para a equidade social, a preservação dos recursos e a sustentabilidade deste planeta azul. Esta seria uma homenagem significativa a realizar neste dia da Terra.

Professora universitária

O que há de estranho aqui?

Debate Novos cursos superiores de Saúde
Henrique Curado

Percebemos que a realidade é dinâmica e que os actores da governação devem ser promotores desse dinamismo. Sabemos que os agentes da ciência e da academia devem ser colaboradores daquela acção, incentivando-a, apoiando-a ou mesmo desencadeando-a.

Não percebemos o inverso. Que os agentes da oferta formativa não sejam interlocutores activos na sua definição, pelo conhecimento que têm da relação com as instituições congéneres europeias e mundiais, pelo contacto com o contexto da empregabilidade, porquanto os cursos afectados exigem um largo período de estágio em contexto hospitalar, pelo *know-how* que os corpos docentes têm, porquanto oriundos, em grande parte, do meio profissional a que acresceram formação pós-graduada. Por isso não percebemos por que na agenda governativa, à falta de definição do rumo do sistema binário de ensino – universitário e politécnico – se juntou a A3ES numa chamada de novos cursos nas áreas de Imagem Médica e Radioterapia, Fisiologia Clínica e Ciências Biomédicas Laboratoriais, cujos *curricula* exemplificativos se compaginam com um qualquer modelo de ensino dentro do sistema binário, mas também tecnológico.

O estranho caso dos novos cursos superiores de Saúde, compactando sete formações em tecnologias de diagnóstico e terapêutica em três, suscita dúvidas. Por que se menciona um grupo de trabalho que, pese embora o mérito individual, não representa as instituições? Porquê a referência à concordância dos secretários de Estado da Saúde e do Ensino Superior com os princípios, e não a alusão aos princípios da acreditação e registo de ciclos de estudos de acordo com a lei que pressupõe o respeito pela autonomia científica e pedagógica dos estabelecimentos de ensino superior e a articulação com as associações profissionais e outras entidades relevantes? Por que se faz referência a um relatório intitulado Terapia e Reabilitação e Tecnologias de Diagnóstico e Terapêutica e se abre uma call para novos cursos, sem qualquer referência às Tecnologias da Saúde? Quem pode, pois, ministrá-los? Quais as saídas profissionais, se o estatuto dos técnicos de diagnóstico e terapêutica não prevê essas formações?

Na tentativa (quase) vã de responder a estas questões, concluímos apenas duas coisas. Primeiro, que a *arcanza praxis* não morreu. Depois, que no mundo de incerteza se lançou a confusão no meio académico, sobretudo nos estudantes que se interrogam se os novos cursos lhes vão retirar a já pouca empregabilidade. Com efeito, disso sabem bem mais do que nós. Que o que lhes vai restar é sobretudo além-fronteiras, onde os cursos de Tecnologias da Saúde portugueses são prestigiados porque assentes num modelo de formação diferente daquele que a A3ES apresenta como referência e pelo qual os portugueses têm sido preferidos. Baixe-se o padrão. Encurtem-se os custos de formação. Lance-se mais cedo para o mercado profissionais, cumprindo metas de formação desejáveis, em números. E depois? Por enquanto, pela diferenciação exportamos saber. Depois, quicá consigamos reter mais desempregados.

Professor do Instituto Politécnico do Porto e membro da direcção do SNESUP